

## O BRASIL PRÉ-COLONIAL

A tomada de posse dos portugueses sob os territórios coloniais brasileiros foi marcada por uma ocupação lenta e gradual. A urgência em obter lucro com a exploração mercantilista deixou o Brasil em segundo plano nos projetos econômicos do Estado Português, na época, bem mais preocupado em consolidar pontos comerciais na África e na Ásia. Paralelamente, a ausência de metais preciosos ou outros produtos de interesse no mercado europeu também inviabilizou a exploração imediata do território. O alto investimento exigido para o desenvolvimento de atividades exploratórias e o pequeno contingente populacional fizeram com que as expedições portuguesas se limitassem à investigação dos territórios, a coleta de recursos naturais e o combate aos contrabandistas estrangeiros. Em 1501, um grupo liderado por Gaspar de Lemos nomeou algumas regiões do Rio de Janeiro e Bahia, e confirmou a presença de pau-brasil no território.

Dois anos mais tarde, o explorador Gonçalo Coelho criou feitorias no litoral fluminense que seriam utilizadas no armazenamento das toras de pau-brasil a serem transportadas para Europa. Em cada uma dessas feitorias havia a figura de um feitor responsável por assegurar os domínios da Coroa. Seguindo a lógica de exploração mercantil, Portugal tinha monopólio sob a exploração de pau-brasil. Somente uma pequena parcela de exploradores, como Fernando de Noronha, tinha concessão da Coroa para exploração.

<b>Feitorias</b> A feitoria é um entreposto comercial, construído com fortificações e instalado em regiões costeiras. Foram muito utilizadas pelos portugueses na era das navegações e da colonização brasileira, africana e asiática. As feitorias permitiam a centralização e o domínio do comércio por parte da metrópole. Na prática eram utilizadas como mercado, armazém, alfândega e apoio; eram administradas pelo feitor, auxiliado por um escrivão. A origem da feitoria provém da Europa, em organizações de mercadores pertencentes a um reino-estado. A organização dos mercadores tinha o objetivo de defender seus interesses comerciais e mercadorias que estivesse fora de suas fronteiras. A feitoria permitia a manutenção de relações diplomáticas e comerciais na região na região em que estava fortificada. Depois do descobrimento do Brasil, as feitorias eram consideradas postos avançados da Coroa	<b>Pau-Brasil: Monopólio Real</b> A extração do pau-brasil foi declarada estanco, ou seja, passou a ser um monopólio real, cabendo ao rei conceder a permissão a alguém para explorar comercialmente a madeira. Mas, se o rei outorgava esse direito, cabia ao arrendatário executar o negócio com seus próprios meios, arcando com todos os riscos do empreendimento. O benefício que a Coroa obtinha com a concessão da exploração comercial do pau-brasil era uma parcela dos lucros conseguidos pelo arrendatário. O primeiro negociante a receber autorização régia para explorá-lo foi Fernando de Noronha, em 1502. O ciclo de exploração do pau-brasil foi breve, já era que baseado numa extração predatória. Isto é, não havia a preocupação de repor as árvores derrubadas por meio do replantio, o que resultou no rápido esgotamento desse tipo madeira. Outros aspectos importantes a serem salientados é que a exploração de pau-brasil teve impacto praticamente nulo na ocupação do território brasileiro.
---	--

<p>Portuguesa, representavam os interesses comerciais, políticos e militares. Eram referidas como Feitoria da Fazenda Real.</p> <p>Nas colônias portuguesas africanas e asiáticas, além de assumirem as funções acima, também serviam de base militar para a expansão territorial.</p> <p>No Brasil, assumiam a guarda do pau-brasil, da fauna, da cana-de-açúcar e como ponto de defesa contra navegadores franceses.</p>	<p>Limitando-se à área costeira, o extrativismo não chegou a gerar núcleos de povoamento permanentes. Além disso, foi a primeira atividade econômica em que os negociantes portugueses empregaram a mão-de-obra indígena no corte e carregamento da madeira para os navios.</p>
--	---

As populações indígenas foram utilizadas como mão-de-obra na extração do pau-brasil em troca de pequenas armas e mercadorias. Nesse primeiro momento, a parceria entre os colonizadores e indígenas era marcada por uma relação mais próxima e amigável. Contudo, na medida em que os colonizadores portugueses adentraram o território, encontraram outras populações nativas que lutavam contra a invasão promovida pelos europeus.

Passadas as primeiras três décadas da incipiente colonização lusitana, o interesse de navegadores de outros países europeus ameaçava os domínios de Portugal no Atlântico Sul. Em 1526, o rei dom João III ordenou o envio de expedições punitivas incumbidas da missão de expulsar as embarcações e contrabandistas estrangeiros. A missão comandada pelo navegador Cristóvão Jacques afundou uma embarcação francesa e perseguiu vários de seus tripulantes.

Nessa mesma época, a crise do comércio com os povos do Oriente acabou contribuindo para a ocupação efetiva das terras brasileiras. Com isso, em uma atitude completamente pioneira, o governo de Portugal decidiu destinar recursos, maquinário e mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades que gerassem lucro e ocupassem a colônia. Em 1530, Martim Afonso de Souza foi enviado com o objetivo de iniciar as primeiras atividades de exploração.

Entre outras tarefas, a expedição de Martim Afonso deveria percorrer o litoral e o interior em busca de metais preciosos; formar novos núcleos de povoamento; realizar a expulsão das expedições estrangeiras que aqui estivessem e estabelecer locais de exploração próximos às regiões do Rio da Prata. Chegando aqui, Martim Afonso formou dois grupos destinados para o norte e o sul do território. Em 1532, criou a vila de São Vicente, primeiro núcleo que deu origem à cidade de São Paulo.

#### **Índios e Portugueses: Encontro ou Desencontro**

A colonização portuguesa teve como principais características a submissão e o extermínio de milhões de indígenas. Aliás, foram os europeus que chamaram de índios os povos nativos da região. Englobar toda a diversidade cultural indígena nesse nome generalizante criou certo entendimento de que os povos indígenas eram todos semelhantes, mas a verdade não é essa. O processo de colonização portuguesa no Brasil teve um caráter semelhante a outras colonizações europeias, como a colonização espanhola, que conquistou e exterminou seus povos indígenas.

Em 1500, os primeiros portugueses que desembarcaram no continente americano tomaram posse das

terras e logo em seguida tiveram os primeiros contatos com os indígenas, chamados pelos portugueses de “selvagens”.

Alguns pesquisadores chamaram esse primeiro contato entre portugueses e indígenas de “encontro de culturas”, como se este representasse um momento em que as diferentes culturas trocaram influências, mas não foi bem isso o que aconteceu. Concordamos com os pesquisadores que compreendem que o início do processo de colonização portuguesa foi um “desencontro de culturas” (que mais correspondeu ao início do processo de extermínio e submissão dos indígenas, o genocídio) e que houve um processo de imposição cultural (que chamaremos de etnocídio, ou seja, os portugueses impuseram sua cultura sobre a cultura indígena).

No século XVI, poucos empreendimentos foram realizados pelos portugueses no território colonial. As principais realizações portuguesas tiveram a utilização da mão de obra indígena escravizada, como na extração do pau-brasil, na construção de feitorias pelo litoral, etc.

Infelizmente, a submissão e o extermínio dos indígenas pelos europeus no século XVI estavam apenas começando na história do Brasil.



### **O BRASIL COLÔNIA**

A Historiografia Brasileira afirma que o Período Colonial teve início em 1530, ano em que Martin Afonso de Sousa chegou ao Brasil com a tarefa de coloniza-lo, objetivo este alcançado em 1532, ano da fundação da colônia de São Vicente, a primeira colônia do Brasil. O período anterior a este acontecimento é conhecido como Brasil pré-colonial, período iniciado com o Descobrimento do Brasil pelos portugueses em 1500. O Brasil Colonial se estenderia até ao ano 1822, ano em que Príncipe Português, Dom Pedro, declarou a Independência do Brasil. Na verdade o Brasil deixou de ser colônia em 1815, ano em que o Rei Dom João VI o elevou a condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. O período colonial durou por quase três Séculos (1530 – 1822), foram 292 anos de intensa ocupação e exploração das terras brasileiras. O processo de colonização do Brasil foi mais difícil do que se possa imaginar. Poucos eram aqueles que estavam dispostos a abandonar a Europa para viver numa terra inóspita e desconhecida, habitada por canibais nativos, segundo as palavras Hans Tanden. A relação dos colonos portugueses com os índios não foi nada amigável. No início da colonização, os índios foram expulsos de suas terras e mais tarde foram escravizados pelos portugueses. Hostilizados, eles passaram a atacar as vilas de colonizadores.

### **5.O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO: DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS AO GOVERNO GERAL**

#### **As Capitanias Hereditárias**

A Coroa Portuguesa precisava defender a região costeira de ataques alheios, porém detinha poucos recursos financeiros e humanos para tal empreendimento. A solução encontrada foi transferir essa empreitada para as mãos da iniciativa privada. Em 1534 o rei de Portugal decidiu repartir o Brasil em lotes (15) - as capitanias hereditárias, que iam do litoral até o limite estipulado pelo Tratado de Tordesilhas -, sistema já utilizado pelo governo português na Ilha da Madeira e nos Açores, doando-os em caráter vitalício e hereditário aos cidadãos da pequena nobreza portuguesa, os donatários, comandantes dentro de sua capitania. Eles tinham por obrigação governar, colonizar, resguardar e desenvolver a região com recursos próprios. Dessa forma, a Coroa portuguesa pretendia ocupar o território brasileiro e torná-lo uma fonte de lucros.

A ligação jurídica existente entre o rei de Portugal e cada um dos donatários era fundamentada por dois documentos capitais: Carta de Doação: atribuía ao donatário a posse hereditária da capitania, quando de sua morte seus descendentes continuavam a administrá-la, sendo proibida a sua venda. Carta foral : Estabelecia os direitos e deveres dos donatários para com as terras.

Direitos e Deveres dos donatários:

Criar um vilarejo e doar terras - as famosas sesmarias - a quem interessasse cultivá-las. Seus sesmeiros, após dois anos de uso, passavam a ser donos efetivos da terra.

Desempenhar o papel de autoridade judicial e administrativa com plenos poderes, até mesmo autorizar a pena de morte, caso se torne necessário. Escravizar os índios, impondo-lhes o trabalho na lavoura, podendo inclusive enviar cerca de 30 índios, anualmente, como escravos para Portugal. Receber a vigésima parte dos lucros sobre o comércio do Pau-Brasil.

O donatário tinha a obrigação de entregar para o rei de Portugal 10% da receita adquirida com a comercialização dos produtos da terra. Cabia à Coroa portuguesa 1/5 dos metais preciosos encontrados nas terras do donatário. O direito exclusivo sobre o Pau-Brasil. Analisando os direitos e deveres dos donatários, conclui-se com muita facilidade que o rei de Portugal acabava ficando com os mais rentáveis benefícios para si, enquanto os encargos permaneciam com os donatários.

Fica claro que o sistema de capitanias hereditárias, sob o ponto de vista dos donatários, não alcançou o tão desejado lucro ambicionado por eles. A dificuldade para se governar as capitanias eram incomensuráveis, os recursos financeiros era mínimos, Portugal encontrava-se à grande distância, sem falar nos ataques indígenas, que eram constantes. Somente duas capitanias prosperaram graças à lavoura canavieira, Pernambuco e São Vicente, as outras malograram pelos motivos acima citados. Alcançaram-se os objetivos esperados somente do ponto de vista político, na visão da metrópole, ou seja, a preservação das terras e sua possibilidade de exploração. A hereditariedade foi abolida em 1759, por Marquês de Pombal. As capitanias existiram até 28 de fevereiro de 1821. Conforme iam malogrando, retornavam para o governo português, o qual alterava suas dimensões, conferindo novos contornos para as províncias de Portugal que faziam limite com o Oceano Atlântico. Estavam moldados os atuais estados litorâneos.

Portugal, ao compreender os riscos que corria seu projeto colonizador, decidiu que era melhor centralizar o governo do Brasil nas mãos de uma única pessoa. Em 1548 enviou o nosso primeiro governador-geral – Tomé de Sousa.

## **O Governo Geral**

Respondendo ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitanias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitanias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi à última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

---

### **As Invasões Francesas no Brasil**

Desde a chegada dos portugueses no Brasil, em 1500, os territórios recém-descobertos despertaram grandes interesses de outros povos europeus. No presente texto iremos abordar as tentativas de invasões francesas no território colonial brasileiro, que na época pertencia à metrópole Portugal.

A França foi o primeiro reino europeu que contestou o Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu as terras descobertas na América entre Portugal e Espanha. O litoral brasileiro era constantemente frequentado pelos franceses desde o período da extração do pau-brasil. Os franceses, nessa época, mantinham permanentes contatos com os povos indígenas e dessa relação articulavam acordos e alianças com esses povos.

No século XVI, mais especificamente no ano de 1555, os franceses fundaram a chamada França Antártica, na baía de Guanabara (atual Rio de Janeiro). Lá construíram uma sociedade com influências protestantes, uma vez que, no século XVI, milhares de protestantes europeus vieram em fuga da Europa para a América em consequência da perseguição católica durante a Contrarreforma religiosa (conjunto de medidas tomadas pela Igreja Católica com o surgimento das religiões protestantes).

Sob a influência francesa, algumas partes do litoral brasileiro ganharam diversas feitorias e fortes (militares). O principal povo indígena que perpetuou a aliança com os franceses foi o Tamoio. Deste acordo surgiu a Confederação dos Tamoios (aliança entre diversos povos indígenas do litoral: tupinambás, tupiniquins, goitacás, entre outros), que possuíam um objetivo em comum: derrotar os colonizadores portugueses.

Durante cinco anos, aproximadamente, ocorreram diversos conflitos entre os portugueses e a Confederação. No ano de 1567, os portugueses derrotaram a Confederação, extinguindo-a e expulsando os franceses do território colonial.

Ao contrário do que muitos pensaram, os franceses não desistiram tão facilmente do Brasil. Eles foram expulsos do litoral brasileiro, da região sudeste (Rio de Janeiro), porém estabeleceram uma nova fixação no território durante o século XVII, mas na região nordeste, mais precisamente na cidade de São Luís (atual capital do Maranhão), onde fundaram, em 1612, a chamada França Equinocial.

Outra vez, a França estava tentando desenvolver uma civilização no Brasil colonial. A metrópole Portugal, rapidamente, no intuito de não perder partes do território da colônia, enviou uma expedição militar à região do Maranhão. Essa expedição portuguesa atacou os franceses tanto por terra quanto por mar. No ano de 1615, os franceses foram derrotados e se retiraram do Maranhão, deslocando-se para a região das Guianas, onde fundaram uma colônia, a chamada Guiana Francesa.

Após duas tentativas mal sucedidas de estabelecimento de uma civilização francesa, nos séculos XVI e XVII, no Brasil colonial (França Antártida e França Equinocial), os franceses passaram a saquear, através de corsários (piratas), algumas cidades do litoral brasileiro, no século XVIII. A principal delas foi à cidade do Rio de Janeiro, de onde escoava todo ouro extraído da colônia rumo a Portugal. Uma primeira tentativa de saque, em 1710, foi barrada pelos portugueses; entretanto, no ano de 1711, piratas franceses

tomaram a cidade do Rio de Janeiro e receberam dos portugueses um alto resgate para libertá-la: 600 mil cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois. Terminavam, então, as tentativas de invasões francesas no Brasil.

### **As Câmaras Municipais**

No processo de organização das ações político-administrativas do espaço colonial brasileiro, havia grandes dificuldades para regulamentar e resolver as questões ocorridas nos vários centros urbanos da época. Com isso, a Coroa Portuguesa permitia a organização de órgãos que viessem a responder os problemas locais que estariam fora de seu alcance. Entre estas instituições de natureza administrativa, havia especial destaque para as câmaras municipais.

As câmaras municipais tinham o poder de decidir diversas questões referentes aos cuidados e medidas dirigidas a uma determinada região. De forma geral, uma câmara municipal tinha a incumbência de controlar as rendas e gastos da administração pública do local, regulamentar as atividades comerciais desenvolvidas nos arredores da cidade, cuidar da preservação e limpeza de todo o patrimônio público e empreender a realização de obras públicas.

Para se decidir essas questões de suma importância local, a câmara municipal era composta por um grupo de vereadores presidido por um juiz. Esses cargos exercidos no ambiente da câmara eram reservados somente aos grandes proprietários de terra daquela localidade. Aqueles que escolhiam ou exerciam esses cargos eram usualmente chamados de homens bons. Escravos, mulheres, mulatos e, durante algum tempo, nem mesmo os comerciantes poderiam integrar o corpo diretivo de uma câmara.

Tal medida restritiva pretendia vetar a inserção de figuras políticas descompromissadas com os interesses da metrópole. Apesar disso, durante toda a história do período colonial, foram vários os momentos em que os membros da Câmara Municipal entraram em desacordo com os princípios estipulados pelos representantes do governo lusitano. Dessa forma, o descumprimento de determinações ditadas por Portugal e a corrupção política eram recorrentes no interior das câmaras.

Apesar do choque de interesses apresentar as contradições desenvolvidas no processo de colonização brasileiro, a exclusão política presente nas câmaras serviram para o atendimento dos interesses da ótica de exploração mercantilista dos portugueses. Dentro deste contexto, essa característica da administração colonial veio a permitir o acúmulo dos capitais responsáveis pelo desenvolvimento do capitalismo europeu.

### **A Participação dos Jesuítas na Colonização do Brasil**

Os jesuítas faziam parte de uma ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus. Criados com o objetivo de disseminar a fé católica pelo mundo, os padres jesuítas eram subordinados a um regime de privações que os preparavam para viverem em locais distantes e se adaptarem às mais adversas

condições. No Brasil, eles chegaram em 1549 com o objetivo de cristianizar as populações indígenas do território colonial.

Incumbidos dessa missão, promoveram a criação das missões, onde organizavam as populações indígenas em torno de um regime que combinava trabalho e religiosidade. Ao submeterem as populações aos conjuntos de valor da Europa, minavam toda a diversidade cultural das populações nativas do território. Além disso, submetiam os mesmos a uma rotina de trabalho que despertava a cobiça dos bandeirantes, que praticavam a venda de escravos indígenas.

Ao mesmo tempo em que atuavam junto aos nativos, os jesuítas foram responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino do Brasil Colonial. Os principais centros de exploração colonial contavam com colégios administrados dentro da colônia. Dessa forma, todo acesso ao conhecimento laico da época era controlado pela Igreja. A ação da Igreja na educação foi de grande importância para compreensão dos traços da nossa cultura: o grande respaldo dado às escolas comandadas por denominações religiosas e a predominância da fé católica em nosso país.

Além de contar com o apoio financeiro da Igreja, os jesuítas também utilizavam da mão-de-obra indígena no desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso fez com que a Companhia de Jesus acumulasse um expressivo montante de bens no Brasil. Fazendas de gado, olarias e engenhos eram administradas pela ordem. Ao longo da colonização, os conflitos com os bandeirantes e a posterior redefinição das diretrizes coloniais portuguesas deram fim à presença dos jesuítas no Brasil.

Fonte: [http://f1colombohistoriando.blogspot.com.br/2014\\_02\\_01\\_archive.html](http://f1colombohistoriando.blogspot.com.br/2014_02_01_archive.html)